

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Resumo

Este artigo busca revisar e adensar contribuições sobre a (re)produção do espaço e da moradia a partir de uma perspectiva marxista-lefebvriana e feminista. As contribuições e problematizações ocorrem a partir de dois movimentos: 1) no campo da teoria social crítica, busca-se dar centralidade à categoria de produção do espaço, refletindo como o espaço tem sido consumido e (re)produzido pelo sistema capitalista-racista-patriarcal e quais as consequências na vida cotidiana das mulheres; 2) no plano da prática política emancipatória, são evidenciadas as experiências, lutas e resistências cotidianas protagonizadas por mulheres negras em busca da garantia do direito à moradia, pela reapropriação e construção de um espaço diferencial, justo e digno, bem como as conquistas incorporadas nas políticas habitacionais e urbanas oriundas desse movimento. Do ponto de vista metodológico, estrutura-se por meio da análise bibliográfica, de fontes documentais, marcos regulatórios e de indicadores sociais desagregados por gênero e cor/raça, com base nos dados censitários elaborados pelo IBGE. Como resultado, aponta que as lutas históricas das mulheres negras permitiram avanços significativos nas políticas habitacionais e urbanas, todavia, com o sistema capitalista-patriarcal-racista intacto e promovendo constantes desmontes dos direitos sociais, não são capazes de enfrentar as desigualdades de gênero, raça e classe no acesso ao direito à moradia e à cidade. Por fim, diante de sucessivos ataques ao setor habitacional e urbano em detrimento de um projeto de contrarrevolução neoliberal, reforça a urgência em refazer os caminhos, fortalecer a luta coletiva em prol da reivindicação do uso como princípio e de se (re)apropriar do espaço por meio de práticas revolucionárias e insurgentes, para que se abra a dialética do possível-impossível.

Palavras-chave: espaço; moradia; vida cotidiana; mulheres negras; política habitacional.

Para citar este artigo:

NERY, Daiane da Silva Pacheco. A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0312, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0312>

Daiane da Silva Pacheco Nery
Mestre em Serviço Social pela
Universidade do Rio de Janeiro –
UERJ. Doutoranda em
Planejamento Urbano e Regional
na Universidade Federal do Rio
de Janeiro - UFRJ.
Brasil
daianepacheco.adm@gmail.com
lattes.cnpq.br/1894388674832737
orcid.org/0000-0001-6027-5514

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

The (re)production of space and housing: contemporary achievements and challenges from the perspective of gender, race and class

Abstract

This article seeks to revisit and deepen contributions on the (re)production of space and housing from a Marxist-Lefebvrian and feminist perspective. The contributions and problematizations occur from two movements: 1) in the field of critical social theory, we seek to give centrality to the category of space production, reflecting how space has been consumed and (re)produced by the capitalist-racist-patriarchal system and what the consequences are in women's daily lives; 2) in terms of emancipatory political practice, the daily experiences, struggles and resistance carried out by black women in search of guaranteeing the right to housing, through the reappropriation and construction of a differential, fair and dignified space, as well as the achievements incorporated in the housing and urban policies arising from this movement. From a methodological point of view, it is structured through bibliographic analysis, documentary sources, regulatory frameworks and social indicators disaggregated by gender and color/race, based on census data prepared by IBGE. As a result, it points out that the historical struggles of black women have allowed significant advances in housing and urban policies, however, with the capitalist-patriarchal-racist system intact and promoting constant dismantling of social rights, they are not able to face inequalities of gender, race and class in access to the right to housing and the city. Finally, in the face of successive attacks on the housing and urban sector to the detriment of a neoliberal counter-revolution project, it reinforces the urgency to retrace paths, strengthen the collective struggle in favor of claiming use as a principle and (re)appropriating the space through revolutionary and insurgent practices, so that the dialectic of possible-impossible is opened.

Keywords: space; habitation; everyday life; black women; housing policy.

1 Introdução

No âmbito da teoria crítica, Lefebvre (2008) compreende o espaço como uma construção social que engloba a descoberta, a produção e a criação pelo ser social (produto e obra da sociedade) que constitui uma dimensão fundamental da vida vinculada à prática social manifesta no plano da vida cotidiana. Todavia, na sociedade moderna, sob a égide do sistema trinitário capitalismo-patriarcado-racismo, há uma passagem expropriadora e violenta do espaço como condição da produção humana para condição da produção do capital, servindo como lócus para a acumulação de mais-valia. Tal processo configura a problemática do espaço, marcada por uma longa história de negação, desigualdades e violações experienciadas nos modos de morar, habitar e viver a cidade.

Partindo dessa compreensão, o presente artigo revisita o debate sobre a produção do espaço urbano e adensa novas contribuições que proporcionam um debate rico e potencializador de uma ação transformadora que se faz urgente e necessária a partir de uma perspectiva marxista-lefebvriana e feminista. Esse caminho requer uma construção a partir de dois movimentos centrais: 1) no campo da teoria social crítica, busca-se dar centralidade à categoria de produção do espaço, refletindo como o espaço tem sido consumido e (re)produzido pelo sistema capitalista-racista-patriarcal e quais as consequências na vida cotidiana das mulheres negras; 2) no plano da prática política emancipatória, são evidenciadas as formas de (re)apropriação dos modos de habitar e do espaço urbano através das experiências e das lutas cotidianas na vida urbana protagonizadas por mulheres negras, destacando-se as conquistas fundamentais no âmbito do direito à moradia e à cidade, mas que vêm sendo colocadas em xeque na conjuntura atual, bloqueando as formas de produção de um espaço diferencial, justo e igualitário.

Do ponto de vista da realidade estrutural, importa ainda sinalizar algumas das consequências específicas da relação trinitária capitalismo, patriarcado e racismo na produção do espaço urbano: 1) a figura masculina, branca e elitizada, historicamente, vem impondo e definindo uma distribuição socioespacial desigual; 2) são as mulheres, principalmente, as mulheres negras, que ocupam a pior posição na estrutura social; 3) a

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

maioria das mulheres ocupam os espaços de pobreza, marcados por ausência de políticas públicas de habitação, de infraestrutura urbana precárias e residem em habitações nas favelas e/ou em periferias distantes das áreas centrais em assentamentos clandestinos e irregulares; 4) são as mulheres negras que estão expostas de forma mais significativa às condições inadequadas e precárias de moradia.

Em geral, orienta-se pela necessidade de refletir, brevemente, sobre as seguintes questões e provocações: Em que as análises sobre a produção social do espaço urbano e do direito à moradia contribuem aos estudos feministas? Na sociedade contemporânea, fundada no sistema trinitário capitalismo, racismo e patriarcado, como o espaço e a moradia têm sido planejados e produzidos e quais as consequências para a vida das mulheres, sobretudo, das mulheres negras? Identificadas as opressões e desigualdades nas formas de habitar, quais são as conquistas, resistências e desafios na luta pela reapropriação do espaço e pela construção de um espaço diferencial? São reflexões que nos confrontam com a necessidade de compreender que o objeto de análise proposto não pode continuar sendo uma abordagem secundária nos estudos urbanos e habitacionais, mas, deve ser analisada, pesquisada e construída a partir de uma perspectiva teórica e política, não apenas como uma forma de resistência, mas de superação da marca histórica da opressão racista e sexista.

2 Notas introdutórias sobre o debate da produção do espaço

Partindo das contribuições de Marx e dos conceitos marxistas, Henri Lefebvre apresenta um novo sentido e conteúdo para a análise crítica da modernidade ampliando suas formulações sobre as bases conceituais fundamentais acerca da problemática do espaço urbano (sua (re)produção), da gênese e suas contradições na sociedade atual e na prática social e qual é a possibilidade de sua transformação, em que é imprescindível o conhecimento e crítica da vida cotidiana – o centro real da práxis –, e da realidade urbana.

Lefebvre (2008) compreende o espaço como uma construção social e uma dimensão fundamental da vida vinculado à prática social. O espaço é um uso e um valor

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

de uso que provê as condições necessárias à realização da vida, para satisfação das necessidades humanas de moradia, locomoção, lazer, educação, trabalho, entre outras. Portanto, é condição imanente da produção humana em seus conteúdos sociais, e como produção emerge da história, da relação do homem com a natureza, processo no qual o homem se produz a si próprio, como ser genérico, numa natureza apropriada e que é condição (meio e produto) de sua produção. O valor de uso constitui a riqueza real.

Entretanto, no mundo moderno, Lefebvre (2000) argumenta que a produção do espaço e a produção da vida humana passam a ser subordinadas à lógica da acumulação capitalista, revelando as contradições do espaço entre a propriedade privada dos meios de produção e o caráter social das forças produtivas. Desse modo, o espaço, enquanto uma categoria histórica, adquire um novo sentido que faz emergir outras categorias indissociáveis e contraditórias que estão na base da condição e meio de realização da vida cotidiana: o valor de uso e de troca, os sentidos de habitar e de habitat, as práticas de apropriação e de dominação do espaço.

Sob o domínio do capital, a mercadoria está no espaço; tudo se vende e tudo se compra. De um lado, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível, e do outro, assume a forma de consumo reduzindo-o à dominação, fragmentação, hierarquização e homogeneização, tanto do espaço quanto do indivíduo. É do consumo no espaço para o consumo do espaço que o capitalismo avança em sua ofensiva sobre a reprodução da vida cotidiana. Sob essa base histórica, Lefebvre (2008) sinaliza que a mercadoria deu um salto à frente; “ela conquistou o mundo: o espaço”, que passa a ser um elemento estratégico para a acumulação e expansão do capital.

Lefebvre (2000) então questiona: como a hegemonia (capitalista) deixaria de lado o espaço? O espaço não escapa a essa lógica. Sendo assim, Lefebvre (1976) constata que a única forma de o capitalismo sobreviver foi ocupando o espaço e a produção do espaço. Portanto, é concebendo, engendrando e ampliando sua racionalidade dominante, intelectual e moral no e pelo espaço, que o sistema capitalista se generalizou através do processo de mundialização, criando raridades na escala mundial e da vida humana.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

Neste sentido, o problema novo é precisamente o de sua reprodução (reprodução da sociedade enquanto reprodução espacial), uma vez que “a reprodução se desloca da fábrica para tomar a cidade e a vida cotidiana” (Lefebvre, 1976, p. 20).

A re-produção das relações de produção [que] não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (Lefebvre, 2008, p. 7)

Isso significa que há um salto no conceito de produção desdobrada em reprodução relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas, pois não mais acarreta somente “a produção de coisas no sentido clássico do termo, mas se estende também à reprodução das relações sociais – acrescentando-se algo de novo à produção” (Carlos, 2018, p. 20). O movimento dialético da (re)produção das relações sociais de produção é central na sociedade capitalista e passa a ser determinante para a compreensão da realidade por se realizar no e pelo espaço, dando conteúdo e sentido à práxis. Portanto, o encadeamento dessa dupla representação é apontado por Lefebvre (2000, p. 44. Tradução de Pereira e Martins¹) como a problemática do espaço, justamente por conter um duplo movimento: “dissolução de relações, nascimento de novas relações”.

Diante das novas relações cabe questionar quais seriam as implicações para a vida das mulheres? E como as mulheres negras estão situadas quando tratamos das desigualdades estruturais impostas pela produção do espaço urbano nas formas de hierarquização, segregação nas periferias urbanas?

Nas contribuições de Henri Lefebvre (2000), a sociedade repressiva, na qual a violência é permanente, fundamenta-se na “ditadura do espaço dominante” conferindo consequências históricas as mulheres e limitando-as a uma pequena parte do espaço

¹ Tradução disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf, realizada por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, em 2006.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

voltado à reprodução da vida. Então questiona: “de onde vêm as diferenças? Como acontece de as sociedades chegarem a estatutos diversos, à expressão e formulação variadas do princípio masculino e de sua dominante?” (Lefebvre, 2000, p. 14. Tradução de Pereira e Martins²).

Em Lefebvre (2000), podemos compreender que, historicamente, essas diferenças não são produzidas apenas por causa da gênese do capitalismo – não se reduzindo a mera substituição dos modos de produção –, mas pelo fortalecimento e ampliação de hierarquias produzidas pelo patriarcado e pelo racismo – ambos dominam “o solo, os bens, as crianças, os servidores e os escravos, as mulheres, introduz a abstração e a supõe” (Lefebvre, 2000, p. 11. Tradução de Pereira e Martins³) – e concede privilégios masculinos, como a dominação e o poder. Compreende-se, portanto, que essas múltiplas opressões são reproduzidas pela tríade capitalismo-patriarcado-racismo, estruturada pelo “padrão de poder capitalista, eurocêntrico e global” (Lugones, 2020, p. 32).

Neste sentido, é reconhecido que o espaço é marcado pela predominância masculina, cuja consequência foi produzir um espaço dominador, repressivo e opressivo, que controla e produz diferenças e hierarquias em todos os níveis da vida, seja no espaço público ou privado – referenciando a esfera doméstica como “destinada” à responsabilidade das mulheres. Lógica implacável que encarnou transformações profundas no desenvolvimento urbano somando-se a novas e perversas formas de violência e repressão em todos os níveis, a todos os instantes, sobre todos os planos, resultando em um novo padrão de diferenciação social, separação e fragmentação no espaço urbano e na vida cotidiana.

Desse modo, a colonização do espaço e da vida cotidiana, e todas as consequências daí derivadas, obviamente, pesa mais sobre as mulheres negras, pois nessa lógica são, ao mesmo tempo, sujeitos na cotidianidade e vítimas da vida cotidiana, condição que vai além do trabalho e se estende à vida social, controlando a sexualidade e

² Tradução disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf, realizada por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, em 2006.

³ Tradução disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf, realizada por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, em 2006.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

a fecundidade, as formas de usos do espaço – por exemplo, a casa e a rua, o espaço público e o espaço privado – e de construção de sociabilidade, de laços afetivos e de solidariedade.

O espaço foi marcado e mais do que marcado: formado pela predominância macha (combatente, violenta, militar) ela própria valorizada pelas virtudes ditas viris, difundidas pelas normas inerentes ao espaço dominado-dominante [...] as virtudes masculinas que produziram o espaço dominador, sabemos bastante, chegaram à privação generalizada: da propriedade “privada” à grande castração. (Lefebvre, 2000, p. 246. Tradução de Pereira e Martins⁴)

O espaço foi apropriado/expropriado e (re)produzido a partir de e para assegurar a dominação e privilégios masculinos, introduzindo princípios morais, raciais e jurídicos como método e padrão para o seu fundamento, perpetuação e sobrevivência. Nesse sentido, a apropriação capitalista-racista-patriarcal do espaço traz consigo a dimensão do disciplinamento/controlado do corpo dada a sua potencialidade de criação, uso, resistência, subversão. Do corpo da mulher em particular, pela capacidade de exploração da força de trabalho para reprodução e manutenção necessária ao sistema capitalista que é dependente da subjugação das mulheres e da transformação do seu corpo em “uma máquina para a produção de novos trabalhadores” (Federici, 2004, p. 12).

No conjunto dessas relações, verifica-se que não há como separar a experiência da cidade da dimensão espacial e temporal do corpo. A desumanização dos corpos, das relações sociais e a destituição do seu poder/saber social e cultural é parte e sentido do projeto da sociedade terrorista, que se expressa através de ações e mecanismos coercitivos, repressores e violento para “defesa da ordem” social, política e urbana, sobretudo, do que se considerava como usos de risco, usos ilegais e usos informais da cidade para fins de moradia e das práticas sociais e culturais da sociabilidade cotidiana. Muitas mulheres, por exemplo, exerciam diariamente a venda de quitutes e comidas

⁴ Tradução disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf, realizada por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, em 2006.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

variadas nas ruas e vielas da cidade, o que vai ser gradativamente proibido ou disciplinado.

A produção do espaço urbano não escapa a essa lógica, pelo contrário, opera através da prática de negação e invisibilização dos corpos racializados, generificados e geograficamente diferenciados, que transitam da exclusão ao extermínio, do terror à tortura, da reificação à desumanização, do medo ao confinamento, do despossuído ao indesejável. Corpos negros assassinados, feminicídios, violência doméstica contra a mulher, ausência de políticas sociais que assegurem o acesso a direitos básicos de cidadania, feminização da pobreza, falta de habitação fazem parte do terrorismo. A segregação urbana é a sua expressão mais violenta, assim como é reveladora de um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial e das desigualdades de gênero, reservando, sobretudo às mulheres negras, uma das piores posições no sistema da vida socioeconômica, na cidade e nos locais de moradia.

Diante disso é importante questionar as bases da formação da sociedade brasileira que se estruturaram e se mantêm sob a relação trinitária capitalismo-patriarcado-racismo. Para Gonzalez (1984), a partir do viés da ideologia do branqueamento em que há a reafirmação da superioridade branca como dominadora a partir de classificações e valores da cultura ocidental como verdadeiros e universais, o racismo e o sexismo na cultura brasileira atuaram através de uma força simbólica e político-ideológica-alienante que produziram efeitos violentos sobre a mulher negra em particular, naturalizando, normalizando e ocultando/disfarçando sua verdadeira face: o preconceito racial e a discriminação sistemática da população negra.

Para Gonzalez (1984), na lógica da dominação há uma naturalização da população negra como corpos descartáveis, despossuídos de direitos e condenados à miséria, à fome, a moradias e trabalhos precários que precisam não apenas ser questionados, mas urgentemente superados. Por isso, é incansável a denúncia da relação interseccionada do capitalismo-patriarcado-racismo como legitimadores de práticas de colonização para uso e ocupação das terras do Brasil bem como da usurpação e expropriação violentas, seja através da não consideração e/ou subordinação das formas originárias de uso e ocupação indígenas da terra, até mesmo do extermínio e escravização indígena, seja através do

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

rapto comercial e da desterritorialização de negros e negras de diferentes nações e de modos de vida do continente africano. No DNA da colonização está a violência vestida do discurso e das práticas da civilização e da modernidade europeias.

Assim, é de suma importância retomar o questionamento tecido pela pensadora Lélia Gonzalez (2019, p. 252): “Por que será que se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, nos cortiços e alagados?” Para a autora, é inaceitável tratar com naturalidade que os ditos “dominadores” ocupem as áreas mais valorizadas, seja no campo ou na cidade, com moradias belas e saudáveis e, do outro lado, os “dominados” enfrentem desde a “[...] senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos habitacionais [...]” (Gonzalez, 2019, p. 246), as mais precárias condições de vida em sua totalidade, que são acentuadas quando se referem às mulheres negras. E como afirma a autora: nos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

Em decorrência desse processo, verifica-se que as cidades brasileiras, com destaque à cidade do Rio de Janeiro, desde o pós-abolição e, com o advento da República, sofrem um processo de transformações urbanas, marcados por um modelo profundamente desigual, segregado e hierarquizado. Nesse contexto, a questão da moradia aparece como uma preocupação central para a população em formação devido ao avanço da explosão demográfica e da expansão urbana combinadas a “um ritmo igual, da expansão da pobreza” (Santos, 2009, p. 6) e da deterioração da vida urbana dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, que se desdobrou em graves problemas de saúde, somados a uma série de epidemias e mortes delas decorrentes.

Esse quadro caótico, degradante e de precarização da vida é evidenciado por Iamamoto e Carvalho (2014, p. 137),

parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectadas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz [...] o poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

Como padrão das cidades capitalistas, a crise urbana manifesta sua face mais perversa, submetendo grande parcela da população às condições mais precárias de vida e de moradia. A cidade, em sua expansão urbana-industrializada, se mantém sobre um campo minado de tensões, negações, contradições e disputas acirradas pela apropriação das formas de realização da vida urbana. A questão central a ser refletiva, e atualmente reiterada, é quem paga o ônus de todas essas perdas? Como responde Crenshaw (2002, p. 181), o ônus desse processo (marcado pelo estrangulamento econômico) “[...] não atinge o topo da pirâmide, mas a sua base, um lugar geralmente marcado pelo gênero, pela classe e, frequentemente, pela raça [...]”.

A problemática urbana está instaurada e, indissociáveis dela, as desigualdades de gênero, raça e classe se acentuam não apenas como signos e representações, mas por serem elementos estruturadores e dinamizadores dela. São desigualdades que produziram uma degradação da população e que foram determinantes, assim como são intrínsecas ao desenvolvimento capitalista no Brasil, mas também foram o motor para o confronto com a burguesia “exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado [...] e outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84). Como destacou Marx (2008, p. 9), “a moderna sociedade burguesa não aboliu as contradições de classes. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta”.

Conforme apontam as análises de Lefebvre (2000), é inevitável que diante desse tipo de sociedade haja revoltas e revanches da feminilidade em busca de se apropriar do espaço protagonizando e produzindo formas de uso que possibilitem construir uma vida possível de ser vivida. Isso porque a lógica dominadora-repressiva na (re)produção do espaço não determina a vida cotidiana. Como se trata de uma totalidade aberta, o sentido do uso tende a reaparecer, porque ele implica em “apropriação” e não em “propriedade”. Portanto, em um contexto em que os sistemas opressores e racistas estão intactos e se perpetuam, a resistência torna-se uma brecha dentro da cotidianidade para aqueles que lutam no e pelo espaço para continuar a serem habitantes do lugar, portanto, “[...] a resistência emerge como sobrevivência [...]” (Ribeiro, 2018, p. 56), e

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

surge em diversas formas performáticas e em aliança contra a precariedade da vida social.

3 Não se trata de apenas ocupar uma posição: erguer a voz é um ato de coragem contra a lógica opressora

Como destaca Gonzalez (2019), a luta das mulheres negras pela sobrevivência, contra a degradação total da vida, contra a desumanização, exploração e violência sexual colonial e simbólica dos seus corpos antecede o abolicionismo. Por muito tempo, ocuparam posições marginais limitados pela imposição de uma sociedade repressiva marcada pelo racismo, machismo, desigualdades sociais e múltiplas violências. Em décadas anteriores, mulheres ocuparem espaços de decisão era algo considerado como uma utopia possível. Em se tratando de mulheres negras, uma utopia impossível. Todavia, como adverte Lefebvre (2000), dada as condições históricas e sob diferentes práticas, o que é utopia possível-impossível hoje será amanhã inevitavelmente o racional e o urgente. Para ambas, o que era utopia se tornou possibilidade concreta após históricas disputas, lutas e resistências cotidianas em confronto direto com a estrutura de dominação e relações de poder instauradas.

Diante do legado de uma história de luta que emergiu na busca pelo alcance da liberdade, da justiça social e da igualdade de direitos, ocupar uma posição exigia um movimento de atrever-se a discordar e articular simultaneamente pensamento e ação, mas também de examinar-se, redefinir agendas, reposicionar a luta, enegrecer o feminismo que, nos marcos da definição de Carneiro (2019), significou também questionar o feminismo universal branco e eurocêntrico. Era preciso abrir o caminho do possível-impossível. Como destaca Ângela Davis, se utopia é quando a gente se move em novas direções e visões, conclui-se que era algo a ser perseguido. O que não se reduzia a simplesmente ocupar espaços, mas se traduzia no compromisso real de romper com lógicas opressoras.

A luta pelo direito à cidade e à moradia passa a ser eixo estruturante notadamente das mulheres negras, que residiam em maior número nas áreas periféricas e, por se tratar

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

do grupo mais atingido pelas consequências de uma sociedade capitalista e da lógica dominadora-repressiva imposta nas formas de planejar e produzir a cidade. Conforme aponta Valladares (2000), no primeiro Censo das Favelas, publicado em 1949, e realizado a pedido da Prefeitura do Rio de Janeiro ao IBGE, as favelas aparecem em um número significativo e há um número expressivo de moradores, sobretudo, de mulheres.

a princípio foram identificados 119 núcleos, com uma população estimada em 280 mil habitantes. Tal estimativa já assinalava uma considerável redução das cifras — entre 400 mil e 600 mil favelados — que apareciam na imprensa carioca. No decorrer dos trabalhos o número de favelas reduziu-se de 119 para 105 e a população encontrada diminuiu para 138.837 habitantes, dos quais 68.953 do sexo masculino e 69.884 do sexo feminino. (Valladares, 2000, p. 23)

Portanto, naquele período pôde-se identificar que, dos cortiços à favela, as mulheres estavam em maior número enfrentando a insegurança de posse, criando estratégias de resistências para a reprodução da família e se posicionando contra as constantes violações por parte do poder público. E, desde então, em sua dimensão de ação política, colocam seus corpos inteiros na luta, em diferentes organizações de bairros, movimentos sociais urbanos, rompendo as barreiras estabelecidas pela herança colonial, subvertendo as relações de poder que dominam e se apropriam do espaço gerindo-o e (re)produzindo-o enquanto mercadoria, denunciando as desigualdades estruturais em que a figura masculina é reconhecida como produtora e dominadora do espaço e as precárias condições de vida que enfrentam cotidianamente em decorrência do machismo e racismo.

O protagonismo das mulheres, seja como liderança ou não, em diferentes movimentos sociais e urbanos, em ocupações ou em outros espaços de luta nacionais e internacionais, ainda que invisibilizados, foram determinantes para avançar na implantação de importantes pautas urbanas e habitacionais reivindicadas, respeitando suas diferenças e especificidades.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

Tendo como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Habitação (2004), entre outras recomendações e determinações feitas nas conferências internacionais e nacionais, foram sendo criados, de forma democrática e participativa, normativas, leis, programas e políticas públicas urbanas e habitacionais com o compromisso de garantir creches e estabelecimentos de pré-escola em conjuntos residenciais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (Lei 8.978/1995), preferência da titularidade do imóvel em habitação de interesse social (Lei nº 11.124/05), da titularidade feminina em casos de regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas (Lei nº 11.977/09) e da priorização das mulheres responsáveis pela unidade familiar em programas de habitação social (Lei nº 11.977/09).

No âmbito jurídico-formal, tardiamente, avançou-se na promoção da igualdade de oportunidades, privilegiando o enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e classe como eixos estruturadores das políticas públicas. Como exemplo, destaca-se a implementação da Lei Maria da Penha, 11.340/2006, e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2010), em que foi reconhecida a viabilização do acesso à habitação e às demais políticas públicas como determinantes no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, estabelecendo como meta priorizar o atendimento de mulheres em situação de violência em unidades habitacionais de interesse social.

A passos lentos, o PMCMV- Faixa 1 vinha avançando na elaboração de normativas voltadas para a proteção da mulher, como a Portaria nº 412/2015 e a Portaria nº 469/2015, que garantem o sigilo do nome das mulheres que estão em medida protetiva de abrigo na publicação do resultado de seleção de demanda e que dispõe sobre distrato dos contratos de compra e venda visando à retomada do imóvel e à substituição do beneficiário, com comprovação mediante apresentação de decisão judicial. Sem dúvida são determinações que partem do reconhecimento de que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres em situação de violência doméstica é fundamental para a

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

realização de suas atividades cotidianas, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para romper com as relações de violência.

No Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR – Decreto Federal nº 6.872/2009) e Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) também é verificada a importância que o direito à moradia tem para a população negra. No Estatuto da Igualdade Racial consta em três artigos (Art. 35, 36 e 37),

que as especificidades sociais, econômicas e culturais da população negra devem ser consideradas tanto nos programas de provisão habitacional, como também naqueles que buscam assegurar o direito à moradia (como no caso da urbanização e/ou regularização fundiária de favelas) e o direito à cidade (implementação de infraestrutura e melhoria das condições de habitabilidade), além disso, o referido Estatuto também estimula a presença do Movimento Negro nos conselhos participativos do Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS) dos estados e dos municípios, bem como o desenvolvimento de ações, públicas e privadas, para viabilizar o acesso a financiamentos habitacionais pela população negra. (Brasil, 2009 *apud* Luz, 2020, p. 144)

Segundo Carneiro (2002), essas foram conquistas significativas do movimento feminista negro brasileiro, que se imbuíram na “batalha de Durban” – III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001), protagonizando uma pauta de luta e combate ao racismo e à discriminação racial, denunciando a perversidade que o cruzamento do racismo e do sexismo ocasionam para a vida das mulheres negras, bem como na II Conferência Nacional de Igualdade Racial (II CONAPIR/2009), pautando sobre o direito à terra e à habitação como política de inclusão sócio-étnico-racial.

O planejamento do urbano e da habitação de interesse social comprometidos com a equidade de gênero, com a justiça social e racial foram gradativamente sendo firmados em leis, pactos, planos e programas, contudo, em um contexto controverso e de coexistência com a consolidação e a ampliação de um sistema capitalista neoliberal e financeirizado, marcado pela redução da intervenção do Estado nas políticas públicas, de cortes nos recursos públicos, de mercantilização dos serviços sociais e

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

privatizações/terceirizações. Nesse contexto, as respostas institucionais pouco saíram da esfera do planejamento para o campo do concreto.

Diante da capacidade histórica de o país produzir leis e não as implementar, os movimentos urbanos são atravessados por tensões e acirradas disputas quanto à materialidade dos direitos urbanos e habitacionais no âmbito da práxis da vida cotidiana. Com o avanço do neoliberalismo, os direitos amplamente conquistados estão sob risco constante de desmonte, sobretudo, por coexistirem sem uma transformação profundamente radical/revolucionária na ordem social e civilizatória, sem o desmantelamento por completo da estrutura trinitária capital-patriarcado-racismo, ou seja, sem atingir o cerne da questão social.

Portanto, pode-se concluir que leis e propostas inovadoras não são capazes de responder a complexidade da problemática urbana e habitacional no século presente se a sua implementação não for acompanhada por uma perspectiva de totalidade. Como situa Marx (2008, p. 23), “de tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos. Mas é um triunfo efêmero”, uma vez que as desigualdades continuam a se reproduzir indefinidamente na história a partir de mecanismo contínuo de despossessão e de expropriação capitalista.

Diante desses limites estruturais e institucionais, de forma crescente, as mulheres negras continuam sendo as mais afetadas pelo déficit habitacional, sendo as mais pobres entre as pobres, residindo em moradias precárias e em áreas sem acesso à infraestrutura e saneamento básico. Em 2016, o Dossiê produzido pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra e Criola – Organização de Mulheres Negras, evidenciou que as condições de vida das mulheres negras no Brasil continuam a ser permeadas por situações de violência e violações de direitos humanos, entre os quais destacam-se as desigualdades no acesso ao saneamento básico e à moradia digna. A persistência das desigualdades raciais no acesso aos serviços de saneamento básico também foi demonstrada nos dados produzidos pelo IBGE/2018⁵ segundo cor e raça, conforme apontado abaixo:

⁵ Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças. (IBGE, 2018, p. 5)

Esses dados são bem expressivos e revelam que “na falta de água e na sobra de esgoto transborda racismo” (CFESS, 2020, p. 26), escancarando a um só tempo o racismo estrutural e institucional a que está submetida, em grande maioria, a população negra e, ao mesmo tempo, denuncia que as políticas urbanas pouco têm alterado as desigualdades no acesso aos serviços públicos essenciais à reprodução da vida.

Somados a esses dados, estão o acirramento das precárias condições de moradia e de vida com o adensamento domiciliar excessivo – “situação em que há mais de três moradores por cômodo utilizado como dormitório no domicílio” (IBGE, 2018, p. 6) – e ônus excessivo de aluguel – “situação em que o valor do aluguel iguala ou ultrapassa 30% do rendimento domiciliar” (IBGE, 2018, p. 6). Para as mulheres (pretas e pardas), sem cônjuge e com filho, “a existência de adensamento excessivo era de 11,9%, e a de ônus excessivo com aluguel, 13,6%” (IBGE, 2018, p. 6). Essas são desigualdades que resultam de um histórico processo de apropriação do espaço urbano que envolve diferentes agentes e incorporam contradições que estão nas bases estruturais da formação social brasileira e que não conseguem ser solucionadas apenas pela formalidade da lei.

Neste sentido, a precariedade dos serviços públicos essenciais à vida, a ausência de moradia adequada e a segregação urbana são traduzidas em política de genocídio devido ao alto grau de violação de direitos humanos e ao desamparo do poder público. O Estado, como um dos agentes interventores no processo de reprodução do espaço urbano revela sua função prioritária que é privilegiar os interesses da classe burguesa, uma vez que “só o poder público pode desapropriar, regular o mercado, criar e gerir as normas de edificação e zoneamento, bem como ações de remoção da população de áreas nobres ou tornadas nobres com a extensão do tecido urbano” (Carlos, 2020, p. 420).

Atualizando a crítica marxista do Estado, Lefebvre (2000) sinaliza que o Estado modificou a prática, mas não o código. Na produção do espaço exerce ações de planejamento e programação abstrata do espaço urbano e normaliza as práticas espaciais da vida cotidiana para manutenção da apropriação do espaço pela burguesia. Nesse quadro, a concessão do direito à habitação que faria da construção de moradias sociais um serviço público de qualidade, sustentável e comprometido com a população está longe de ser reconhecido como tal, principalmente, pelos seus efeitos colaterais como a padronização das tipologias habitacionais, a proliferação de um padrão urbanísticos monofuncional marcado pela divisão territorial e pela expansão de novas manchas urbanas, o aumento da densidade populacional de zonas guetificadas bastante homogêneas e precárias, conforme destaca Rolnik (2015).

Nos últimos anos, especificamente a partir de 2016, com o pós-golpe parlamentar ocorreu um descompromisso governamental com a proteção social do direito à moradia, afetando drasticamente a Política de Habitação de Interesse Social e revelando um profundo retrocesso ao que já foi conquistado em termos de produção de moradia bem como implicando em novos obstáculos ao que estava sendo proposto como possibilidade de avanço e ressignificação do modelo de produção habitacional brasileiro. Como já apontava o MCidades (2004), o desafio para implementar a política habitacional de interesse social no Brasil exige uma longa maturação e articulações intersetoriais complexas, e qualquer tentativa de interrupção desse processo causaria graves transtornos e paralisações irreversíveis em relação à garantia de universalização do acesso à moradia digna.

Diante de sucessivos ataques ao setor habitacional em detrimento de um projeto de contrarrevolução neoliberal, temos um horizonte muito adverso para a garantia do direito à moradia digna no Brasil, sobretudo com a eleição de Jair Bolsonaro. Uma vez no poder, Bolsonaro deu início à ataques perversos à política habitacional e urbana, com intensos cortes de verbas que impossibilitaram o reinvestimento em moradias de interesse social, com a determinação do fim da Faixa-1 que atende as famílias com baixa renda e que prioriza o atendimento das mulheres responsáveis pela unidade familiar e as famílias mais afetadas pelo déficit habitacional. Na sequência, ignorou o compromisso

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

com o princípio da participação popular em diversos espaços decisórios referente ao planejamento urbano e habitacional, reforçou a criminalização dos movimentos sociais dificultando seu potencial de articulação e atuação de base, gerando consequências efetivamente democráticas. Em um contexto de pandemia, contribuiu para dar visibilidade à tragédia já anunciada com a ausência de políticas públicas, escancarar as contradições e conflitos socioterritoriais e aprofundar as desigualdades de acesso aos direitos básicos para reprodução da vida.

Com sucessivos ataques aos direitos civis, políticos e sociais, é inevitável que recaia, mais uma vez sobre as mulheres negras, o papel essencial como único capaz de pôr fim a desigualdade dirigida essencialmente contra ela. Isso não significa que o fará sozinha, sobretudo pela compreensão de que “se a luta não for coletiva, ela não faz sentido nem para superar as ideologias do sistema de opressão, muitos menos das desigualdades estruturais” (Carneiro, 2021), mas sem ela nada é possível e não tem sentido.

Todavia, para participar da transformação societária através do pensamento e da prática revolucionária feminista é exigido, sobretudo, “expandir nossa consciência sobre sexo, raça e classe, como sistemas interligados de dominação” (hooks, 2019, p. 67) e transitar do silêncio para ação contrária às formas de colonização, exploração e opressão que são estendidas a todos os modos de vida da população.

4 Conclusões e aberturas

Tornar a vida possível de ser vivida com dignidade a partir da construção de modos de vida que não sejam regidos pela acumulação e valorização do capital, com a intencionalidade de assegurar o direito à cidade e à moradia digna, exige práticas permanentes de resistência e enfrentamento à modernidade/colonialidade do poder-saber-ser nas periferias globais, em geral e, na América Latina, em particular, devido ao seu amplo e complexo processo de intervenção geopolítico para a criação de “um mundo à sua imagem e semelhança” (Marx, 2008, p. 15).

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

Suprimir a realização da lógica da mercadoria, do consumo, da propriedade privada da riqueza que são acompanhadas por concentração de poder, do processo de acumulação e valorização capital é considerado uma pauta central para a superação da segregação socioespacial e para a construção de um novo horizonte em que o direito à cidade e à moradia sejam concretizados. A proposta de descolonizar os territórios tem sido considerada um caminho teórico-metodológico de aberturas para o alcance de uma prática revolucionária, de reapropriação dos modos de uso, de reivindicação do bem viver.

Todavia, nesta complexa e difícil fase mais destrutiva do sistema de metabolismo do capital, com as profundas transformações capitalistas que ocorrem nas relações socioeconômicas em que o mundo das coisas é privilegiado em detrimento da vida humana e não humana, torna-se uma tarefa cada vez mais desafiadora “criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações contra o capital e sua lógica destrutiva” (Antunes, 2018, p. 303), articulando indissociavelmente luta social e luta política, lutas nacionais e internacionais, bem como resgatando o sentido de pertencimento enquanto possibilidade concreta para a emancipação humana e social. Como situa Lefebvre (2000), essas lutas, mais do que nunca, se leem no espaço “[...] só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta [...] Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias” (Lefebvre, 2000, p. 46. Tradução de Pereira e Martins⁶). Portanto,

a conquista do espaço supõe debate e confronto, organização e reivindicação coletiva, que constituem a matéria-prima da qual se deverá construir um porvir efetivamente democrático e sem relativismos. A construção de um projeto democrático implica uma prática política que aposte na capacidade das classes ainda subalternizadas em modelar seu destino histórico e que abra caminhos, necessariamente conflituosos, desbastados por processos de participação e reivindicação vigorosos e autônomos em relação aos centros de Poder.

⁶ Tradução disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf, realizada por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, em 2006.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

Esse processo exige a resistência como caminho e a (re)apropriação como finalidade. Desse modo, é urgente defender um urbanismo revolucionário, que se abra à dialética do possível-impossível, que possibilite uma reconstrução da sociedade em torno da transformação do cotidiano através de um planejamento insurgente. Como sinaliza Lefebvre (2001), a vida cotidiana é obra. E não há obra sem pensamento e ação. Portanto, cabe refazermos, direcioná-las ao campo de possibilidades que mostrem novos horizontes possíveis. Idealizar territórios emancipados e emancipatórios é resgatar a memória do lugar, o sentido do encontro, da solidariedade, da festa, do habitat. É reivindicar o uso como princípio e a função social da terra e da propriedade para assegurar moradias e acesso a serviços na cidade.

Nesse processo, lento e gradual, um importante caminho de possibilidades já amplamente revisitado e pautado nas agendas de luta é concretizar na prática cotidiana os compromissos firmados nos marcos jurídicos para o enfrentamento das desigualdades nas formas de apropriação do espaço urbano, garantindo os direitos assegurados às mulheres e promovendo a igualdade e a justiça de gênero e racial. São esforços já em curso e em disputa que não podem perder o fôlego diante das estratégias de cooptação e criminalização dos movimentos sociais e dos desmontes dos direitos sociais, habitacionais e urbanos, pois são as lutas e resistências protagonizadas na vida cotidiana capazes de remodelar decisivamente a estrutura da sociedade capitalista, concebendo alternativas para um planejamento urbano mais humano. Neste sentido, as lutas feministas são fundamentais, pois “não deixam apagar a possibilidade de refazer os caminhos e reelaborar consciência para a busca de um horizonte marcado por uma utopia” (Ribeiro, 2012, p. 337). E, como conclui Carneiro (2011),

a utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

5 Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. (Ministério das Cidades). Política Nacional de Habitação (PNH). **Cadernos Cidades**, Brasília, DF, n. 4, p. 01-104, 2004.

CARLOS, Ana Fani A. O eclipse da cidade e os sem direitos. **Le Mond Diplomatique Brasil**, São Paulo, 25 abr. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-eclipse-da-cidade-e-os-sem-direitos/>. Acesso em: 20 maio 2020.

CARLOS, Ana Fani A. Para pensar a cidade e o urbano hoje: diálogos interdisciplinares no campo das ciências humanas. In: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 21-28.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 271-292.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

CARNEIRO, Sueli. O encontro da ancestralidade negra e a herança das lutas coletivas. **Ponte**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://ponte.org/sueli-carneiro-o-encontro-da-ancestralidade-negra-e-a-heranca-das-lutas-coletivas/>. Acesso em: 20 out. 2022.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Rev. Estu. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

CFESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Brasília, DF: Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estu. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2004.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 237-258.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [Brasília]: Anpocs, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Edições Escorpião, 1976.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VAREJÃO, Adriana (orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 60-96.

LUZ, Fabiana Cristina. A dimensão racial nas políticas urbanas e habitacionais. **Revista da ABPN**, [Curitiba], v. 12, p. 126-152, abr. 2020. Ed. Especial. (Caderno Temático: “Geografias Negras”).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, volume 1.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A luta pelo espaço: da luta pela segurança da Posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **Geografia crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 53-64.

A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe

Daiane da Silva Pacheco Nery

ROLNIK, Rolnik. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2009.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **RBCS**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

WERNECK, Jurema, SILVA, Nilza Iraci. **Dossiê**: a situação dos Direitos Humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações. Rio de Janeiro: Criola, 2016.

Recebido em: 20/03/2023

Aprovado em: 16/11/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br